

Edição fechada em 15 de maio de 2013

Não podemos aceitar os 7% de Cabral! Exigimos 5 salários mínimos de piso para o professor e 3,5 salários para os funcionários

No dia 14 de maio, fomos informados que o Projeto de Lei do governador Cabral que reajusta em 7% os salários da educação estadual entraria em pauta no dia seguinte (quarta, dia 15). De acordo com deliberação da nossa última assembleia realizada em 08/05, foi aprovado paralisar as atividades para acompanhar a votação. Por isso, a direção do SEPE divulgou imediatamente a informação em seu site sobre a tramitação do projeto e convocou os profissionais da educação a paralisarem as atividades no dia 15.

Apesar de a votação não ter ocorrido, os debates no plenário já começaram, inclusive com intervenções de parlamentares favoráveis às nossas emendas. Por isso, a direção e profissionais que estiveram na Alerj percorreram os gabinetes dos deputa-

dos, visando garantir que nossas emendas sejam aprovadas (ver as emendas na página 2). Continuamos mobilizados e em estado de greve, aguardando o dia exato que o plenário vai votar o PL e as emendas – fiquem atentos, pois no dia da votação convocaremos nova paralisação. O site do Sepe (www.seperj.org.br) vai atualizar diariamente a situação.

Comissão de Educação discute as emendas no dia 21/05

A Comissão de Educação realizará uma audiência pública sobre o Projeto de Lei dos 7% - a audiência será no dia 21 (terça), às 11h, na Alerj - pedimos à categoria que compareça, pois os deputados também vão discutir as emendas.

As principais reivindicações da categoria são: piso salarial de 5

salários mínimos para o professor e 3,5 salários para o funcionário e data base em maio.

O Dieese acompanhou a perda do poder aquisitivo do magistério estadual de setembro de 2006 a abril de 2013 – que engloba os dois mandatos de Cabral (iniciado em janeiro de 2007). Neste período, o INPC-IBGE teve uma variação de 45,89% e o IPCA-IBGE de 43,09; já os salários foram reajustados em 17,94%. Dessa forma, os salários mantêm apenas 80,84% do poder aquisitivo, segundo o INPC-IBGE.

Para que os salários dos professores em 1º de maio 2013 retornem ao mesmo poder de compra de 1º de setembro 2006, o reajuste necessário sobre os salários de abril de 2013 teria que ser de 23,70% pelo INPC-IBGE e de 21,33% de acordo com o IPCA-IBGE.

21/05: audiência pública da Comissão de Educação da Alerj, às 11, discute as emendas ao PL do reajuste. Compareça!

Sepe apresenta emendas aos deputados

Leia o texto que está sendo apresentado aos deputados, com as propostas de emendas da educação:

O governo apresentou proposta de reajuste salarial de apenas 7% válido a partir de 1º de junho sendo depositado na conta dos servidores em julho. Segundo estudo do Dieese, a perda salarial da categoria no governo Cabral é acima de 20%. O governo afirma que em 2012 deu 14% de reajuste. Entretanto, esquece que este percentual foi relativo à incorporação do programa Nova Escola.

Outra questão é com relação ao auxílio alimentação, auxílio transporte e auxílio qualificação que também são considerados na soma do governo como parte do reajuste e que, entretanto, não contempla os aposentados e não serão incorporados ao

vencimento.

Mais uma questão precisa ser levantada: em 2012, a arrecadação do estado foi de R\$ 40,6 bi e de acordo com o limite prudencial poderia ter sido investido o valor de R\$ 18,9 bi no pagamento de pessoal. No entanto, foi investido apenas o valor de R\$ 12 bi. Portanto, uma diferença de quase R\$ 7 bilhões.

Para finalizar, é fundamental que essa casa (Alerj) vote que os professores tenham sua lotação respeitada com a garantia de uma escola por matrícula.

Propostas de emendas da direção do Sepe que serão encaminhadas aos deputados:

1) Garantia de um piso salarial de 5 salários mínimos para professor e 3,5

salários para funcionários;

2) Aumentar o percentual do reajuste para que reponha as perdas salariais do magistério, que são, pelo Dieese, de setembro de 2006 a abril de 2013: 23,70% pelo INPC-IBGE e de 21,33%, de acordo com o IPCA-IBGE;

3) Carga horária de 30 horas para todos os funcionários administrativos;

4) Enquadramento por formação para os funcionários administrativos;

5) Cada matrícula do profissional da educação deverá corresponder à lotação em apenas uma escola;

6) Inclusão dos professores de 30 horas no plano de carreira, com salários proporcionais;

7) Garantia de lotação do professor docente II em atividades do magistério;

8) Data base em maio.

Sepe teve primeira audiência de Conciliação sobre ação contra o direito de greve

A direção do Sepe compareceu no dia 14 ao Tribunal de Justiça (TJ/RJ) à primeira audiência de mediação no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), que discute a ação judicial do governo do estado contra o sindicato. A audiência não teve caráter deliberativo e tem como objetivo principal a mediação entre as partes, tendo sido presidida pela desembargadora Marilene Melo Alves.

A audiência foi demorada (de 10h

às 13h30) e bastante proveitosa, com um debate profundo sobre a pauta de reivindicações dos profissionais de educação do estado, acompanhado atentamente pela desembargadora. A situação da aplicação do código 30 nos dias da greve de advertência foi particularmente discutida.

O secretário estadual de Educação, Wilson Risolia, e seu subsecretário, Luiz Carlos Becker, compareceram e foram assessorados por três procuradores do estado. Por sua

vez, quatro diretores do Sepe foram ao Fórum, com a assessoria do departamento jurídico. Após ouvir as partes, a desembargadora comunicou que vai marcar uma segunda audiência, que deverá ocorrer entre os dias 27 e 29 de maio. Antes dessa audiência, o Sepe realizará uma assembleia extraordinária, no dia 25 de maio, às 10h, na ACM (Rua da Lapa 86, na Lapa), quando a categoria irá discutir: os encaminhamentos a partir da mesa de mediação no TJ/RJ; e Saerj.